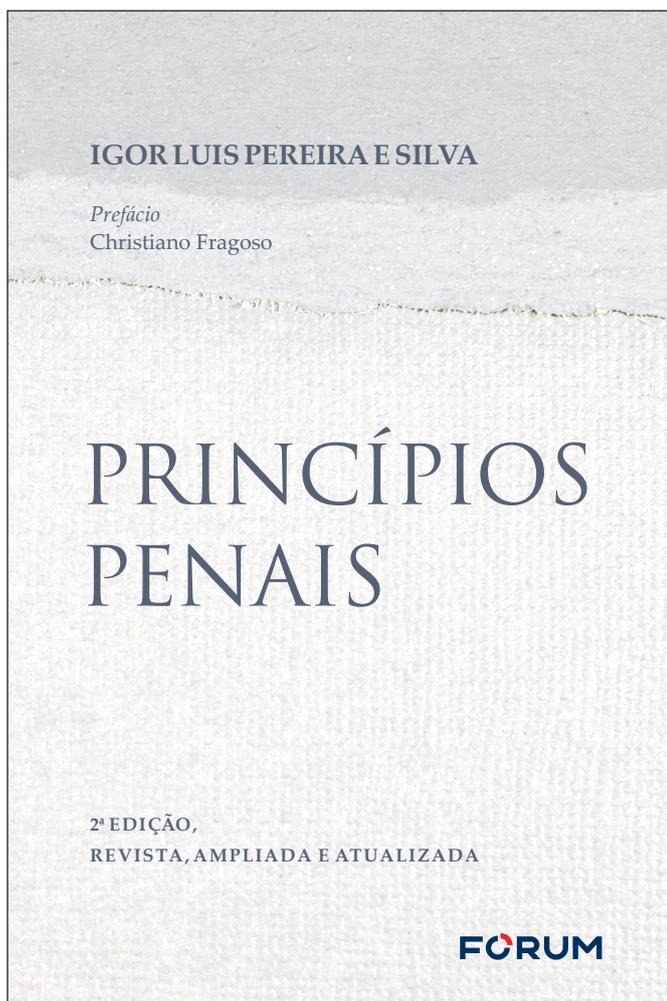


IGOR LUIS PEREIRA E SILVA

PRINCÍPIOS PENAIS

2ª edição, revista, ampliada e atualizada

Prefácio
Christiano Fragoso



Na segunda edição do seu livro inaugural, Igor Pereira analisa a jurisprudência dos princípios penais no Brasil, revelando como os Ministros do STF e do STJ pensam.

O premiado autor de Berkeley fez uma pesquisa nas principais obras doutrinárias brasileiras e estrangeiras, inventariando e explicando os princípios penais.

Compilou e sistematizou as principais questões sobre o assunto, presenteando o leitor com as informações necessárias para se destacar na advocacia, nas provas da OAB e nos concursos jurídicos.

Visitando os clássicos do direito penal, o autor destacou passagens importantes de Nelson Hungria, Claus Roxin e outros doutrinadores consagrados. *Princípios Penais* contém as “pílulas de conhecimento” que fundamentam as mais famosas decisões jurídicas.

A pesquisa jurisprudencial é extensa e minuciosa, sistematizando os julgados do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça. O autor comenta o inteiro teor dos acórdãos, sem se restringir às ementas. Explica o posicionamento de cada Ministro e realça as suas divergências, construindo o panorama jurisprudencial dos Tribunais Superiores.

Esta obra é, sem dúvida, indispensável para auxiliar profissionais do Direito na resolução de questões criminais.

Área específica

DIREITO PENAL

Áreas afins

DIREITO CONSTITUCIONAL,
DIREITO PROCESSUAL PENAL

Público-alvo/consumidores

Alunos que se preparam para a prova da OAB.
Concurseiros. Advogados, juízes e promotores.
É um livro prático e informativo.

FORMATO: 14,5 X 21,5 cm
CÓDIGO: 10001689

S586p Silva, Igor Luis Pereira e
Princípios penais/ Igor Luis Pereira e Silva. 2. ed. rev., ampl., atual.– Belo Horizonte : Fórum, 2020.
417p.; 14,5cm x 21,5cm
ISBN: 978-85-450-0736-4
1. Direito Penal. 2. Direito Constitucional. I. Título.
CDD: 341.5
CDU: 342

Elaborado por Daniela Lopes Duarte - CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

SILVA, Igor Luis Pereira e. *Princípios penais*. 2. ed. rev., ampl., atual. Belo Horizonte: Fórum, 2020. 417p. ISBN 978-85-450-0736-4.

IGOR LUIS PEREIRA E SILVA

Doutor e Mestre em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Cursa o Master of Laws (LLM), na Universidade da Califórnia – Berkeley, com duas Scholarships Americanas. Possui uma Fellowship da Startup@BerkeleyLaw. Mentor de Diversidade e Minorias na Universidade da Califórnia – Berkeley e membro do Conselho da Associação Americana de Direito Constitucional – Capítulo de Berkeley. MBA em Marketing pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Especialista em Direito Público pela Universidade Estácio de Sá (UNESA). Já lecionou na UERJ, FGV, UFRJ e em outras universidades. É o líder do Grupo de Pesquisa e Extensão DDP – Direitos Humanos, Desconstrução e Poder Judiciário, com atuação no Supremo Tribunal Federal e na cidade de Nova York (EUA).

SUMÁRIO

PREFÁCIO	
Christiano Fragoso	19
CAPÍTULO I	
PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE, DA TAXATIVIDADE E DA EXTRA-ATIVIDADE DA LEI PENAL.....	21
1 Apontamentos sobre os princípios da legalidade, da taxatividade e da extra-atividade da lei penal	21
1.1 As funções do princípio da legalidade.....	24
1.2 O princípio da extra-atividade da lei penal.....	28
2 O conceito na doutrina	30
3 Os princípios da legalidade, da taxatividade e da extra-atividade da lei penal na jurisprudência do STF e do STJ	30
3.1 Anistia	30
3.2 <i>Abolitio criminis</i> e cloreto de etila	33
3.3 Dosimetria: tráfico de drogas e natureza do entorpecente	35
3.4 “Cola eletrônica” e legalidade	36
3.5 Prisão cautelar e prescrição	37
3.6 Tráfico de drogas e combinação de leis	38
3.7 Furto e concurso de pessoas	39
3.8 <i>Habeas corpus</i> e punições disciplinares militares	40
3.9 Indulto e crimes hediondos	41
3.10 Falta grave e recontagem do prazo para a concessão de benefícios	42
3.11 Estelionato	45
3.12 Ultratividade da lei penal e crimes militares	46
3.13 Estupro e casamento do agente com a vítima	47
3.14 Crime hediondo e progressão de regime.....	48
3.15 Medida provisória e matéria penal	50
3.16 Adulteração de sinal identificador de veículo automotor	51
3.17 Videoconferência	52
3.18 Embriaguez ao volante	52
3.19 Falta grave e previsão legal	53
3.20 Condução coercitiva para interrogatórios	54
3.21 Regime de cumprimento de pena e execução penal	56
3.22 Fraude na licitação para a contratação de serviços	57
3.23 Monitoramento eletrônico	57
3.24 Clonagem de cartão de crédito	58
3.25 Dano qualificado e empresa pública	59
4 Os princípios da legalidade, da taxatividade e da extra-atividade da lei penal em concursos públicos	60
CAPÍTULO II	
PRINCÍPIO DA IGUALDADE OU ISONOMIA	65
1 Apontamentos sobre o princípio da igualdade ou isonomia	65
2 O conceito na doutrina	67
3 O princípio da igualdade ou isonomia na jurisprudência do STF e do STJ	68
3.1 Direitos fundamentais e estrangeiros	68
3.2 Homicídio culposo no Código de Trânsito Brasileiro	70
3.3 Prisão cautelar, capacidade econômica e contatos no exterior	71
3.4 Prisão especial para advogados	73
3.5 Prerrogativa de foro a ex-ocupantes de cargos públicos e ex-titulares de mandatos eletivos	74
3.6 Tráfico de drogas, progressão de regime e estrangeiro irregular	75
3.7 Imunidade absoluta do advogado e princípio da igualdade	75
3.8 Medida de segurança por prazo indeterminado	76
3.9 Reincidência	77
3.10 Conselho de Sentença e critério racial.....	78
4 O princípio da igualdade ou da isonomia em concursos públicos.....	79
CAPÍTULO III	
PRINCÍPIO DA INDEPENDÊNCIA DAS INSTÂNCIAS.....	81
1 Apontamentos sobre o princípio da independência das instâncias	81
2 O conceito na doutrina	82

3	O princípio da independência das instâncias na jurisprudência do STF e do STJ.....	82
3.1	Independência administrativa em relação à penal.....	82
3.2	Independência cível em relação à penal.....	83
3.3	Independência eleitoral em relação à processual penal.....	85
3.4	Inexistência do fato, negativa da autoria, falta residual e presunção de culpabilidade.....	86
3.5	Termo de ajustamento de conduta.....	88
4	O princípio da independência das instâncias em concursos públicos.....	89

CAPÍTULO IV

	PRINCÍPIO DA ADEQUAÇÃO SOCIAL.....	91
1	Apontamentos sobre o princípio da adequação social.....	91
2	O conceito na doutrina.....	92
3	O princípio da adequação social na jurisprudência do STF e do STJ.....	93
3.1	Violação de direitos autorais.....	93
3.2	Os princípios da adequação social e da insignificância.....	94
3.3	Casa de prostituição.....	95
3.4	Descaminho.....	97
3.5	Desacato.....	97
3.6	Posse irregular ou porte ilegal de arma de fogo de uso permitido.....	99
4	O princípio da adequação social em concursos públicos.....	100

CAPÍTULO V

	PRINCÍPIOS DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA, DA HUMANIDADE E DA PROIBIÇÃO DA PENA INDIGNA.....	103
1	Apontamentos sobre os princípios da dignidade da pessoa humana, da humanidade e da proibição da pena indigna.....	103
2	O conceito na doutrina.....	107
3	Os princípios da dignidade da pessoa humana, da humanidade e da proibição da pena indigna na jurisprudência do STF e do STJ.....	108
3.1	Duração excessiva da prisão cautelar.....	108
3.2	Perda de dias remidos em razão de falta grave cometida.....	111
3.3	Regressão de medida socioeducativa.....	114
3.4	Tráfico de entorpecentes e prisão preventiva.....	115
3.5	Suspensão do livramento condicional por prática de suposto novo crime durante o período de prova.....	120
3.6	Execução antecipada da pena.....	121
3.7	Preso estrangeiro.....	123
3.8	Redução da pessoa à condição análoga de escravo.....	125
3.9	Grave estado de saúde e prisão domiciliar.....	127
3.10	Interceptação telefônica.....	130
3.11	Expulsão de estrangeiro.....	132
3.12	Denúncias genéricas.....	133
3.13	Prisão ilegal em contêiner.....	135
3.14	Presa provisória e amamentação de filho recém-nascido.....	136
3.15	Extradicação, prisão perpétua e pena de morte.....	137
3.16	Remoção de condenado de presídio.....	138
3.17	Excesso irrazóvel no tempo da prisão preventiva.....	139
3.18	Relativização da coisa julgada em matéria penal.....	140
4	Os princípios da dignidade da pessoa humana, da humanidade e da proibição da pena indigna em concursos públicos.....	141

CAPÍTULO VI

	PRINCÍPIO DA PERSONALIDADE, DA PESSOALIDADE OU DA INTRANSCENDÊNCIA DA PENA.....	145
1	Apontamentos sobre o princípio da personalidade, da pessoalidade ou da intranscendência da pena.....	145
2	O conceito na doutrina.....	147
3	O princípio da personalidade, da pessoalidade ou da intranscendência da pena na jurisprudência do STF e do STJ.....	148
3.1	Natureza da multa criminal.....	148
3.2	Mandados genéricos.....	149
3.3	Sequestro de bens de pessoa jurídica.....	151
3.4	Responsabilidade penal da pessoa jurídica em crimes ambientais.....	152
4	O princípio da personalidade, da pessoalidade ou da intranscendência da pena em concursos públicos.....	153

CAPÍTULO VII	
PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE DA PENA.....	155
1 Apontamentos sobre o princípio da proporcionalidade da pena.....	155
2 O conceito na doutrina.....	160
3 O princípio da proporcionalidade da pena na jurisprudência do STF e do STJ.....	161
3.1 Dosimetria da pena e proporcionalidade.....	161
3.2 Tentativa: <i>iter criminis</i> e dosimetria.....	164
3.3 Furto qualificado e hibridismo penal.....	165
3.4 Furto de aparelho de som automotivo.....	167
3.5 Duração da medida de segurança.....	168
3.6 Pena de suspensão ou proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor.....	172
3.7 Homicídio culposo.....	173
3.8 O grau de pureza da droga.....	175
3.9 Estupro contra vulnerável.....	175
3.10 Reincidência.....	176
3.11 Princípio da homogeneidade.....	177
4 O princípio da proporcionalidade da pena em concursos públicos.....	178
CAPÍTULO VIII	
PRINCÍPIO DA INDIVIDUALIZAÇÃO DA PENA.....	179
1 Apontamentos sobre o princípio da individualização da pena.....	179
2 O conceito na doutrina.....	183
3 O princípio da individualização da pena na jurisprudência do STF e do STJ.....	184
3.1 Autodefesa, devido processo legal e individualização da pena.....	184
3.2 Progressão de regime.....	185
3.3 Substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos no tráfico de drogas.....	188
3.4 Regime inicial fechado.....	194
3.5 Exame criminológico.....	198
3.6 Progressão de regime aos estrangeiros.....	199
3.7 Reincidência e vedação da dupla punição pelo mesmo fato.....	201
3.8 Envolvimento do réu em atividade criminosa na lei antidrogas.....	203
3.9 Gravidade em abstrato do crime.....	204
3.10 Regime de cumprimento de pena menos gravoso.....	205
3.11 Multirreincidência.....	206
3.12 Culpabilidade.....	207
4 O princípio da individualização da pena em concursos públicos.....	208
CAPÍTULO IX	
PRINCÍPIOS DA LESIVIDADE, DA ALTERIDADE E DA MATERIALIZAÇÃO DO FATO.....	211
1 Apontamentos sobre os princípios da lesividade, da alteridade e da materialização do fato.....	211
1.1 O posicionamento de Luiz Flávio Gomes: os princípios da materialização do fato, da ofensividade do fato, da fragmentariedade e da necessidade.....	216
2 O conceito na doutrina.....	219
3 Os princípios da lesividade, da alteridade e da materialização do fato na jurisprudência do STF e do STJ.....	220
3.1 Arma e munição.....	220
3.2 Roubo: arma e perícia.....	225
3.3 Receptação simples e qualificada.....	230
3.4 Porte de arma e numeração raspada.....	232
3.5 Perícia em mercadoria ou matéria-prima imprópria para consumo.....	233
4 Os princípios da lesividade, da alteridade e da materialização do fato em concursos públicos.....	236
CAPÍTULO X	
PRINCÍPIOS DA INTERVENÇÃO MÍNIMA, DA SUBSIDIARIEDADE, DA FRAGMENTARIEDADE E DA INSIGNIFICÂNCIA.....	237
1 Apontamentos sobre os princípios da intervenção mínima, da subsidiariedade, da fragmentariedade e da insignificância.....	237
1.1 O princípio da insignificância.....	240
2 O conceito na doutrina.....	242

3	Os princípios da intervenção mínima, da subsidiariedade, da fragmentariedade e da insignificância na jurisprudência do STF e do STJ	243
3.1	Contrabando	243
3.2	Crimes militares	245
3.3	Reincidência	250
3.4	Furto	253
3.5	Tráfico internacional de munições.....	262
3.6	Descaminho.....	263
3.7	Princípios da insignificância, fragmentariedade e intervenção mínima: análise conjunta	267
3.8	Rádio comunitária sem autorização legal.....	268
3.9	Tráfico de drogas.....	269
3.10	Ato infracional	271
3.11	Roubo	274
3.12	Apropriação indébita.....	275
3.13	Falsificação de moeda	276
3.14	Crime praticado por prefeito.....	277
3.15	Administração Pública	279
3.16	Valor do salário mínimo.....	280
4	Os princípios da intervenção mínima, da subsidiariedade, da fragmentariedade e da insignificância em concursos públicos	281

CAPÍTULO XI

PRINCÍPIO DA EXCLUSIVA PROTEÇÃO DE BENS JURÍDICOS...285

1	Apontamentos sobre o princípio da exclusiva proteção de bens jurídicos	285
2	O conceito na doutrina	286
3	O princípio da exclusiva proteção de bens jurídicos na jurisprudência do STF e do STJ.....	287
3.1	Crime de dano contra o patrimônio castrense.....	287
3.2	Concurso aparente de normas.....	288
3.3	Poluição ambiental.....	289
4	O princípio da exclusiva proteção de bens jurídicos em concursos públicos.....	290

CAPÍTULO XII

PRINCÍPIO DA CULPABILIDADE.....293

1	Apontamentos sobre o princípio da culpabilidade.....	293
2	O conceito na doutrina	295
3	O princípio da culpabilidade na jurisprudência do STF e do STJ.....	296
3.1	Estelionato	296
3.2	Tráfico de drogas.....	298
3.3	Circunstâncias judiciais e culpabilidade.....	299
4	O princípio da culpabilidade em concursos públicos.....	300

CAPÍTULO XIII

PRINCÍPIOS PENAIS CONTEMPORÂNEOS.....303

1	Apontamentos sobre os princípios penais contemporâneos	303
1.1	Princípio da proibição da dupla punição	303
1.2	Princípio da boa-fé e <i>pro homine</i>	305
1.3	Princípios de proscrição da grosseira inidoneidade do poder punitivo, de proscrição da grosseira inidoneidade da criminalização e de limitação máxima da resposta contingente	306
1.4	Princípio da superioridade ética do Estado	307
1.5	Princípio do saneamento genealógico.....	307
1.6	Princípio do limite de último grau histórico em matéria penal	308
1.7	Princípio da confiança	312
1.8	Princípio da autorresponsabilidade	313
1.9	Princípio da autonomia	314
1.10	Princípio da desculpa	314

CAPÍTULO XIV

PRINCÍPIOS DO DEVIDO PROCESSO LEGAL, DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA

1	Apontamentos sobre os princípios do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa.....	315
2	O conceito na doutrina	317

3	Os princípios do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa na jurisprudência do STF e do STJ	318
3.1	Indeferimento de oitiva de testemunha	318
3.2	Falta grave: regressão e ampla defesa	319
3.3	Recolhimento compulsório para apelar e devido processo legal.....	320
3.4	Morte de advogado e defesa técnica	321
3.5	Defesa preliminar em rito especial	322
3.6	Ministério Público e poder investigatório	323
3.7	Parecer do Ministério Público e manifestação da defesa	325
3.8	Disparidade de armas.....	326
3.9	Crimes societários e descrição das condutas.....	328
3.10	Falta grave: regressão e ampla defesa	329
4	Os princípios do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa em concursos públicos	331

CAPÍTULO XV

PRINCÍPIOS DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA E DA NÃO AUTOINCRIMINAÇÃO

1	Apontamentos sobre os princípios da presunção de inocência e da não autoincriminação.....	333
2	O conceito na doutrina	336
3	Os princípios da presunção da inocência e da não autoincriminação na jurisprudência do STF e do STJ.....	336
3.1	Tráfico de drogas: liberdade provisória e ausência de fundamentação	336
3.2	Tribunal do Júri	339
3.3	Regressão de regime	340
3.4	Direito de recorrer em liberdade	342
3.5	Execução provisória da pena.....	343
3.6	Testemunha, direito ao silêncio e <i>nemo tenetur se detegere</i>	346
3.7	Exame pericial.....	348
3.8	Impossibilidade de regresso ao silêncio	349
3.9	Produção deliberada de informações inverídicas em juízo	351
3.10	Raios X	352
3.11	Falsa identidade	353
4	Os princípios da presunção de inocência e da não autoincriminação em concursos públicos.....	355

CAPÍTULO XVI

PRINCÍPIOS DO JUIZ NATURAL E DO PROMOTOR NATURAL...357

1	Apontamentos sobre os princípios do juiz natural e do promotor natural.....	357
2	O conceito na doutrina	359
3	Os princípios do juiz natural e do promotor natural na jurisprudência do STF e do STJ.....	359
3.1	Juízes convocados	359
3.2	Especialização de vara.....	361
3.3	Ministério Público, <i>habeas corpus</i> e incompetência absoluta	362
3.4	Turmas recursais e competência em matéria criminal.....	363
3.5	Princípio do promotor natural	364
3.6	Lei Maria da Penha	367
4	Os princípios do juiz natural e do promotor natural em concursos públicos.....	368

CAPÍTULO XVII

PRINCÍPIO DA INADMISSIBILIDADE DE PRODUÇÃO DE PROVAS ILÍCITAS.....373

1	Apontamentos sobre o princípio da inadmissibilidade de produção de provas ilícitas.....	373
2	O conceito na doutrina	375
3	O princípio da inadmissibilidade da produção de provas ilícitas na jurisprudência do STF e do STJ.....	376
3.1	Denúncia embasada em provas lícitas e ilícitas.....	376
3.2	Teoria dos frutos da árvore envenenada	377
3.3	Interceptação telefônica.....	378
3.4	Inviolabilidade do domicílio e ilicitude da prova	380
4	O princípio da inadmissibilidade da produção de provas ilícitas em concursos públicos.....	382

APÊNDICE	
A DESCONSTRUÇÃO DO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE	
NO TRIBUNAL DE NUREMBERG.....387	
1	Noções introdutórias387
2	A crucialidade da legalidade para o Direito Penal.....389
3	A legalidade no Tribunal de Nuremberg399
4	A desconstrução da legalidade no Tribunal de Nuremberg405
5	Conclusão412
REFERÊNCIAS.....415	